

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração			Nº DE PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial) <div style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">18/263.774-3</div>		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) <div style="font-size: 1.1em; font-weight: bold;">53201002047</div>	Código da Natureza Jurídica <div style="font-size: 1.1em; font-weight: bold;">2062</div>	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio	<div style="display: inline-block; text-align: center;"> <b>JCDF - SEDE</b>          SEDE - JCDF       </div> <div style="position: absolute; right: 0; top: 0; transform: rotate(90deg); font-size: 0.8em;">13 AGO 2018</div>		
1 - REQUERIMENTO					
<b>ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Distrito Federal</b>					
Nome: <b>DECISION SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA</b> (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)					
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:					Nº FCN/REMP  DF2201800077915
Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO	
1	002			ALTERACAO	
		026	1	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF	
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO	
<b>BRASILIA</b> Local			Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Nome: <u>Euler Mendes Aguiar</u> Assinatura: _____ Telefone de Contato: <u>61-3347-3277</u>		
10 Agosto 2018 Data					
2 - USO DA JUNTA COMERCIAL					
<input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR			<input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA		
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s): <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO					Processo em Ordem À decisão  Data  Responsável
<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> NÃO					Responsável
DECISÃO SINGULAR					
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência		3ª Exigência	
<input checked="" type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	
				21/08/2018 <u>Valquiria</u> Data Responsável	
DECISÃO COLEGIADA					
<input type="checkbox"/> Processo em exigência.		2ª Exigência		3ª Exigência	
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se.		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	
Data		Vogal			
<div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div> <b>JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL</b>            CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 1093484            EM 21/08/2018 DA EMPRESA: 5320100204-7.            #DECISION SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA#            Protocolo: 18/263.774-3 EM 13/08/2018         </div> <div style="text-align: right;">   <b>SAULO IZIDORIO VIEIRA</b>            SECRETÁRIO GERAL         </div> </div>					
OBSERVAÇÕES					



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1093484 em 21/08/2018 da Empresa DECISION SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, Nire 53201002047 e protocolo 182637743 - 13/08/2018. Autenticação: 6367E8DA2ABE4DF6608B15993A31D8F1CBBEDE40. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 18/263.774-3 e o código de segurança RYgr. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/08/2018 por Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

**SAULO IZIDORIO VIEIRA**  
 SECRETÁRIO GERAL

CNPJ Nº 03.535.902/0001-10  
NIRE 53201002047

**ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 19**

Assinam o presente instrumento:

**ESPÓLIO DE JOSÉ RAMON VALDEOLIVAS GOMEZ** ("ESPÓLIO DE JOSÉ"), neste ato representado por **ESTHER HASKY VALDEOLIVAS**, naturalidade egípcia e nacionalidade brasileira, viúva, aposentada, portadora da cédula de identidade nº 02110573-9 (IFP), inscrita no CPF/MF sob o nº 109.165.207-49, residente e domiciliada na Avenida Lucio Costa, 3602, Bloco 2, apto. 2701, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22630-010, na qualidade de **INVENTARIANTE** devidamente investida dos poderes de representação para a prática do presente ato na forma do art. 617 do Código de Processo Civil e conforme declarado e reconhecido por todos os herdeiros na Escritura Declaratória de Inventariante lavrada em 26/07/2018 pelo 24º Cartório do Ofício de Notas da Comarca do Rio de Janeiro, Livro 7690, Fls 148, Ato n. 100; **CLAUDIO JOSÉ MARTINS DE MIRANDA**, brasileiro, economista, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador do CPF nº 021.922.287-83, Cédula de Identidade RG nº 07958526-1 IFP/RJ, expedida em 03.03.1986, residente e domiciliado na Estrada Oscar Vidal SN CH4, Tinguá, na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro ("CLÁUDIO"); e **RAMON HASKY VALDEOLIVAS**, brasileiro, solteiro, nascido em 28.10.1985, engenheiro eletricista, portador da carteira de identidade nº 21.509.831-0, expedida pelo Detran/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.281.407-60, residente e domiciliado na Avenida Lúcio Costa nº 3602 Bloco 02 apartamento 2.701, Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("RAMON"), sócios representando 100% (cem por cento) do capital social da **DECISION SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.535.902/0001-10 e no CF/DF sob o nº 07.404.804/001-41 e estabelecida no endereço: Setor Hoteleiro Sul, nº QUADRA 06, CONJUNTO A, BLOCO A, SALA 102, ASA SUL, BRASÍLIA/DF- CEP 70.322-915, tendo o seu contrato de constituição arquivado na Junta Comercial do Distrito Federal sobre o nº 53201002047, por despacho de 26.11.1999 ("Sociedade"), resolvem alterar o Contrato Social da Sociedade, conforme segue:

**PRIMEIRO:** Os Sócios resolvem: (i) formalizar que a "Filial 01" somente exerce e continuará exercendo a atividade de escritório administrativo; (ii) renomear a atual "Filial 05" para "Filial 03"; e (iii) criar a "Filial 04" que funcionará exclusivamente como Escritório Administrativo e será instalada na Rua Gildasio Amado, 55, Sala 1604, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.631-020.

**SEGUNDO:** Em decorrência das deliberações aprovadas no item anterior, as Cláusulas Segunda e Terceira do Contrato Social passarão a vigorar com a redação abaixo transcrita:

**CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO SOCIAL**

*A sociedade tem como objetivos sociais para Matriz e Filiais, a saber:*

*Novo* *Cláudio*  
*[Assinaturas]*



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1093484 em 21/08/2018 da Empresa DECISION SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, Nire 53201002047 e protocolo 182637743 - 13/08/2018. Autenticação: 6367E8DA2ABE4DF6608B15993A31D8F1CBBEDE40. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 18/263.774-3 e o código de segurança RYgr. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/08/2018 por Saulo Izidorio Vieira – Secretário-Geral.

*Saulo Izidorio Vieira*  
SAULO IZIDORIO VIEIRA  
SECRETÁRIO GERAL

**Parágrafo Primeiro:** A Matriz da Sociedade tem por objeto o comércio, importação, exportação e locação de bens móveis, máquinas e equipamentos, peças e suprimentos em informática, telecomunicações, elétricos e eletrônicos, a prestação de serviços de assistência e suporte técnico para as áreas de planejamento, instalação e Manutenção de bens em informática, telecomunicações, elétricos e eletrônicos e ainda a prestação de serviços de processamento de dados, licenciamento ou cessão de uso de programas de computação e representação comercial

**Parágrafo Segundo:** As Filiais 01 e 04 da Sociedade exercerão exclusivamente a atividade de escritório administrativo.

**Parágrafo Terceiro:** As Filiais 02 e 03 da Sociedade têm por objeto o Comércio, importação, exportação e locação de bens móveis, máquinas e equipamentos, peças e suprimentos em informática, telecomunicações, elétricos e eletrônicos, a prestação de serviços de assistência e suporte técnico para as áreas de planejamento, instalação e Manutenção de bens em informática, telecomunicações, elétricos e eletrônicos e ainda a prestação de serviços de processamento de dados, licenciamento ou cessão de uso de programas de computação e representação comercial

**CLÁUSULA TERCEIRA – SEDE SOCIAL**

A Sociedade tem sua sede matriz na cidade de Brasília, Distrito Federal do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Setor Hoteleiro Sul, nº QUADRA 06, CONJUNTO A, BLOCO A, SALA 102, ASA SUL, BRASÍLIA/DF– CEP 70.322-915 e as filiais, a saber, pela ordem de inscrição no CNPJ:

FILIAL 01 Com endereço na AVENIDA TANCREDO NEVES, 620, salas 29100 e 2911 – 29º andar da Torre Empresarial do Ed. Mundo Plaza, Caminho das Árvores – Salvador/BA, CEP: 41.820-020.

FILIAL 02 Com endereço no RUA ARIZONA Nº 1422 CJ 76 ED. PLATINUM BUILDING BERRINI – BERRINI – SÃO PAULO/SP – CEP: 04567-003

FILIAL 03 Com endereço na: Rua Domingos Vieira, nº 348, sala 71, Santa Ifigênia – Belo Horizonte/MG – CEP: 301520-242

FILIAL 04 Com endereço na: Rua Gildasio Amado, 55, Sala 1604, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.631-020.

**Parágrafo Único:** A Sociedade poderá abrir filiais ou escritórios em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes o capital nominal que julgar útil ou necessário ao fim colimado, parcela esta que destacará de seu próprio capital para efeitos fiscais.

**TERCEIRO:** Resolvem os Sócios, ainda, reduzir o número máximo de Diretores que farão parte de sua Administração de 06 (seis) para 03 (três) e extinguir o cargo de Diretor Presidente, adaptando as Cláusulas Oitava e Nona, que passam a vigor com a redação

*[Handwritten signatures and initials]*



abaixo:

### **CLÁUSULA OITAVA - ADMINISTRAÇÃO**

A administração da Sociedade será realizada por até 03 (três) Diretores, sejam eles sócios ou não, todos sem denominação específica. Os diretores podem agir separadamente ou em conjunto com os poderes e atribuições de administrar e gerenciar a Sociedade. É vedado aos Diretores o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social, observado o disposto no Parágrafo Segundo, abaixo.

**Parágrafo Primeiro:** Os seguintes atos podem ser praticados pelos Diretores isoladamente: representar a Sociedade em Juízo ou extrajudicialmente, perante qualquer pessoa natural ou jurídica, incluindo órgãos públicos, autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista, em qualquer esfera.

**Parágrafo Segundo:** Os seguintes atos somente podem ser praticados: (a) por 2 (dois) representantes da Sociedade, sejam eles Diretores ou procuradores com poderes bastantes e específicos:

- emitir cheques comuns ou cheques eletrônicos;
- execução de transações eletrônicas;
- emitir notas promissórias, duplicatas ou letras de câmbio;
- autorizar protestos, descontos em duplicatas, abatimentos ou prorrogações de vencimentos;
- emitir ordens de pagamento a débito de conta na Sociedade junto a entidades financeiras;
- endossar cheques e ordens de pagamento para depósito em conta da Sociedade;
- admitir e demitir empregados;
- assinar borderô de desconto ou cobrança, endossar títulos de crédito para desconto ou cobrança;
- receber e dar quitação em duplicatas e outros títulos de crédito;
- aceitar e endossar letras de câmbio;
- constituir penhor de qualquer natureza;
- adquirir, alienar ou constituir qualquer ônus sobre bens imóveis da Sociedade;
- oferecer bens imóveis em alienação fiduciária;
- contratar empréstimos;
- a criação de quaisquer obrigações e a constituição de gravames para a Sociedade;
- outorgar procurações.

**Parágrafo Terceiro:** Em quaisquer atos da Sociedade envolvendo valores superiores a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), a Sociedade deverá ser representada por dois Diretores.

**Parágrafo Quarto:** A Sociedade poderá ser representada por apenas um procurador com poderes bastantes em processos licitatórios públicos ou privados,

*[Assinaturas manuscritas]*  
3





salvo no que se refere à assinatura do contrato resultante, em que serão observadas as regras dispostas nos parágrafos Primeiro e Segundo, acima.

**Parágrafo Quinto:** São eleitos como Diretores da Sociedade sem os Srs. **Claudio José Martins de Miranda**, anteriormente qualificado e **Ramon Hasky Valdeolivas**, anteriormente qualificado, ambos designados como Diretores sem denominação específica.

**Parágrafo Sexto:** Fica estabelecida que toda e qualquer despesa da Sociedade deverá ter prévia aprovação de um ou mais sócios administradores, conforme limites de valores fixados em reunião de sócios, sendo vedada a aprovação de contas realizadas pelo próprio administrador beneficiado pela despesa objeto de aprovação.

#### **CLÁUSULA NONA - PROCURADORES**

A Sociedade poderá outorgar procurações, sempre, assinadas por 02 (dois) Diretores, conterão os poderes e o prazo de validade devidamente especificados no respectivo instrumento, exceto se outorgadas a advogados para a defesa dos direitos da Sociedade em processos administrativos ou judiciais, quando não terão prazo de validade determinado.

**Parágrafo Único:** Salvo nos casos de procurações outorgadas a advogados, as procurações outorgadas pela Sociedade terão cláusula de vedação ao subestabelecimento dos poderes outorgados pelos mandatários.

**QUARTO:** Finalmente, resolvem os Sócios adotar novo contrato social, que vigorará com o seguinte teor:

### **CONTRATO SOCIAL DE DECISION SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. CNPJ Nº 03.535.902/0001-10 NIRE 53201002047**

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL**

A Sociedade girará sob a denominação social de **DECISION SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA** e nome de fantasia de **DECISION TECNOLOGIA**.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO SOCIAL**

A sociedade tem como objetivos sociais para Matriz e Filiais, a saber:

**Parágrafo Primeiro:** A Matriz da Sociedade tem por objeto o comércio, importação, exportação e locação de bens móveis, máquinas e equipamentos, peças e suprimentos em informática, telecomunicações, elétricos e eletrônicos, a prestação de serviços de assistência e suporte técnico para as áreas de planejamento, instalação e Manutenção de bens em informática, telecomunicações, elétricos e eletrônicos e ainda a prestação de

*[Assinaturas manuais]*  
4



serviços de processamento de dados, licenciamento ou cessão de uso de programas de computação e representação comercial

**Parágrafo Segundo:** As Filiais 01 e 04 da Sociedade exercerão exclusivamente a atividade de escritório administrativo.

**Parágrafo Terceiro:** As Filiais 02 e 03 da Sociedade têm por objeto o Comércio, importação, exportação e locação de bens móveis, máquinas e equipamentos, peças e suprimentos em informática, telecomunicações, elétricos e eletrônicos, a prestação de serviços de assistência e suporte técnico para as áreas de planejamento, instalação e Manutenção de bens em informática, telecomunicações, elétricos e eletrônicos e ainda a prestação de serviços de processamento de dados, licenciamento ou cessão de uso de programas de computação e representação comercial

### **CLÁUSULA TERCEIRA – SEDE SOCIAL**

A Sociedade tem sua sede matriz na cidade de Brasília, Distrito Federal do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Setor Hoteleiro Sul, nº QUADRA 06, CONJUNTO A, BLOCO A, SALA 102, ASA SUL, BRASÍLIA/DF– CEP 70.322-915 e as filiais, a saber, pela ordem de inscrição no CNPJ:

FILIAL 01 Com endereço na AVENIDA TANCREDO NEVES, 620, salas 29100 e 2911 – 29º andar da Torre Empresarial do Ed. Mundo Plaza, Caminho das Árvores – Salvador/BA, CEP: 41.820-020.

FILIAL 02 Com endereço no RUA ARIZONA Nº 1422 CJ 76 ED. PLATINUM BUILDING BERRINI – BERRINI – SÃO PAULO/SP – CEP: 04567-003

FILIAL 03 Com endereço na: Rua Domingos Vieira, nº 348, sala 71, Santa Ifigênia – Belo Horizonte/MG – CEP: 301520-242

FILIAL 04 Com endereço na: Rua Gildasio Amado, 55, Sala 1604, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.631-020.

**Parágrafo Único:** A Sociedade poderá abrir filiais ou escritórios em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes o capital nominal que julgar útil ou necessário ao fim colimado, parcela esta que destacará de seu próprio capital para efeitos fiscais.

### **CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE DURAÇÃO**

A Sociedade iniciou suas atividades em 01 de dezembro de 1999, e seu tempo de duração é indeterminado.

### **CLÁUSULA QUINTA – CAPITAL SOCIAL**

O capital social da Sociedade é de R\$ 825.476,09 (oitocentos e vinte e cinco mil quatrocentos e setenta e seis reais e nove centavos), dividido em 82.547.609 (oitenta e dois milhões, quinhentos e quarenta e sete mil seiscentas e nove de valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo de real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

*Cláudio*  
5  
*Saulo*



SÓCIOS	Nº COTAS	VALOR TOTAL R\$
ESPÓLIO DE JOSE RAMON VALDEOLIVAS GOMEZ	74.056.985	740.569,85
RAMON HASKY VALDEOLIVAS	5.374.931	53.749,31
CLAUDIO JOSÉ MARTINS DE MIRANDA	3.115.693	31.156,93
TOTAL	82.547.609	825.476,09

**Parágrafo Primeiro:** As quotas estão totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.

#### **CLÁUSULA SEXTA: RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS**

Os sócios declaram nos termos do artigo 1052 do Código Civil, que a responsabilidade de cada um é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pelo capital social.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – EXERCÍCIO SOCIAL**

O exercício social respeitará o ano calendário.

#### **CLÁUSULA OITAVA - ADMINISTRAÇÃO**

A administração da Sociedade será realizada por até 03 (três) Diretores, sejam eles sócios ou não, todos sem denominação específica. Os diretores podem agir separadamente ou em conjunto com os poderes e atribuições de administrar e gerenciar a Sociedade. É vedado aos Diretores o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social, observado o disposto no Parágrafo Segundo, abaixo.

**Parágrafo Primeiro:** Os seguintes atos podem ser praticados pelos Diretores isoladamente: representar a Sociedade em Juízo ou extrajudicialmente, perante qualquer pessoa natural ou jurídica, incluindo órgãos públicos, autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista, em qualquer esfera.

**Parágrafo Segundo:** Os seguintes atos somente podem ser praticados: (a) por 2 (dois) representantes da Sociedade, sejam eles Diretores ou procuradores com poderes bastantes e específicos:

- emitir cheques comuns ou cheques eletrônicos;
- execução de transações eletrônicas;
- emitir notas promissórias, duplicatas ou letras de câmbio;
- autorizar protestos, descontos em duplicatas, abatimentos ou prorrogações de vencimentos;
- emitir ordens de pagamento a débito de conta na Sociedade junto a entidades financeiras;
- endossar cheques e ordens de pagamento para depósito em conta da Sociedade;
- admitir e demitir empregados;
- assinar borderô de desconto ou cobrança, endossar títulos de crédito para desconto ou cobrança;
- receber e dar quitação em duplicatas e outros títulos de crédito;
- aceitar e endossar letras de câmbio;

*Handwritten signatures and initials:*  
 [Signature] / [Signature]  
 6  
 [Signature]



- constituir penhor de qualquer natureza;
- adquirir, alienar ou constituir qualquer ônus sobre bens imóveis da Sociedade;
- oferecer bens imóveis em alienação fiduciária;
- contratar empréstimos;
- a criação de quaisquer obrigações e a constituição de gravames para a Sociedade;
- outorgar procurações.

**Parágrafo Terceiro:** Em quaisquer atos da Sociedade envolvendo valores superiores a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), a Sociedade deverá ser representada por dois Diretores.

**Parágrafo Quarto:** A Sociedade poderá ser representada por apenas um procurador com poderes bastantes em processos licitatórios públicos ou privados, salvo no que se refere à assinatura do contrato resultante, em que serão observadas as regras dispostas nos parágrafos Primeiro e Segundo, acima.

**Parágrafo Quinto:** São eleitos como Diretores da Sociedade os Srs. **Claudio José Martins de Miranda**, anteriormente qualificado e **Ramon Hasky Valdeolivas**, anteriormente qualificado, ambos designados como Diretores sem denominação específica.

**Parágrafo Sexto:** Fica estabelecida que toda e qualquer despesa da Sociedade deverá ter prévia aprovação de um ou mais sócios administradores, conforme limites de valores fixados em reunião de sócios, sendo vedada a aprovação de contas realizadas pelo próprio administrador beneficiado pela despesa objeto de aprovação.

#### **CLÁUSULA NONA - PROCURADORES**

A Sociedade poderá outorgar procurações, sempre, assinadas por 02 (dois) Diretores, conterão os poderes e o prazo de validade devidamente especificados no respectivo instrumento, exceto se outorgadas a advogados para a defesa dos direitos da Sociedade em processos administrativos ou judiciais, quando não terão prazo de validade determinado.

**Parágrafo Único:** Salvo nos casos de procurações outorgadas a advogados, as procurações outorgadas pela Sociedade terão cláusula de vedação ao substabelecimento dos poderes outorgados pelos mandatários.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - CAUÇÃO**

Ficam os diretores dispensados de prestar caução em garantia de seus atos de administração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRO LABORE**

Os Administradores envolvidos nas atividades diuturnas da Sociedade terão direitos a uma retirada mensal, a título de *pro labore*, cujo valor será fixado em comum acordo entre os sócios e dentro dos limites permitidos pela legislação em vigor. Os sócios poderão dispensar o pro labore dos administradores cujas atividades sejam apenas de supervisão, sem o envolvimento permanente no dia-a-dia da Sociedade.

*Handwritten signatures and initials:*  
 [Signature] [Signature]  
 7  
 [Signature]





## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PREFERÊNCIA**

As quotas são indivisíveis. As quotas representativas do capital social não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, aos quais fica assegurado, em igualdade de condições e preço, proporcionalmente à participação de cada um dos sócios, o direito de preferência para a aquisição das quotas ofertadas. O interesse na aquisição deverá ser manifestado dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da cópia da oferta feita pelo terceiro, por escrito. Se algum sócio não manifestar interesse na aquisição, seu direito de preferência será automaticamente transferido aos que se interessarem, proporcionalmente às respectivas participações societárias. Não haverá direito de preferência para que sócios transfiram direta ou indiretamente todas ou parte de suas quotas a seus parentes de primeiro grau, exclusivamente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Os seguintes atos dependerão da aprovação de sócios detentores de mais que  $\frac{3}{4}$  (três quartos) das quotas representativas do capital social:

- (a) Qualquer alteração do contrato social, inclusive sua majoração ou redução do capital social; e
- (b) Exclusão extrajudicial de sócios, conforme **Cláusula Décima Sétima** deste Contrato Social;

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REUNIÕES DE SÓCIOS**

As deliberações sociais serão tomadas em reuniões de sócios. Estas poderão ser convocadas por qualquer dos sócios mediante simples carta com aviso de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias em relação à data da realização, dispensadas quaisquer outras formalidades, instalando-se com o quórum mínimo necessário para a deliberação a ser tomada. Dependem de deliberação em reunião as seguintes matérias:

- (a) a aprovação das contas da administração;
- (b) a designação ou destituição dos administradores e respectivas remunerações;
- (c) a modificação do contrato social;
- (d) a incorporação, a fusão e a dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- (e) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- (f) o pedido de recuperação judicial.

**Parágrafo Primeiro:** As deliberações dos sócios sobre as matérias previstas nos itens acima, quando exigido em lei, deverão ser tomadas pelos votos correspondentes a, no mínimo, três quartos do capital social. As demais deliberações poderão ser tomadas pelos votos correspondentes à maioria simples do capital social.

**Parágrafo Segundo:** As reuniões tornam-se dispensáveis quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

**Parágrafo Terceiro:** As deliberações tomadas de conformidade com a lei e o contrato

*Handwritten signature and initials, including the number 8.*



vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – EXERCÍCIO SOCIAL**

O exercício social terá início no dia 1º de janeiro e encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que será levantado o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras do exercício exigidas por lei.

**Parágrafo Primeiro:** Uma vez por ano, e nos quatro meses seguintes ao término do exercício social será realizada reunião anual de sócios, para tratar obrigatoriamente dos seguintes assuntos: aprovação das contas dos administradores, aprovação das demonstrações contábeis, designação de administrador, sendo certo que qualquer outro assunto pode ser incluído na ordem do dia, tudo conforme artigos 1071 e seguintes do Código Civil.

**Parágrafo Segundo:** A Sociedade poderá, por deliberação de sócios representando a maioria do capital social: (a) distribuir dividendos com base nos lucros acumulados e nas reservas de lucros existentes no último balanço semestral ou anual levantado pela Sociedade; (b) levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos com base nos resultados apurados nos mesmos; (c) independentemente de balanço, se facultado pela legislação pertinente, distribuir resultados apurados de outra forma; e (d) distribuir lucros em proporções diferentes das participações societárias de cada sócio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– IMPEDIMENTOS E SUCESSÃO**

No caso de retirada, interdição, inabilitação ou falecimento de um dos sócios, a Sociedade não se dissolverá automaticamente.

Caso seus herdeiros não queiram prosseguir na Sociedade, nos casos de interdição, inabilitação ou falecimento, e ainda no caso de retirada, os sócios remanescentes devem proceder a um Balanço Geral Especial, dentro do prazo de trinta dias, da data do evento. Os haveres serão pagos ao sócio retirante, interdito, inabilitado ou aos herdeiros legais do sócio falecido, em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente pelo IGP (Índice Geral de Preços) da Fundação Getúlio Vargas, vencendo a primeira 40 (quarenta) dias após a apuração dos resultados do referido Balanço Geral Especial. O cálculo dos haveres será feito com base no Patrimônio Líquido, avaliando-se bens e direitos do ativo, tangíveis e intangíveis, a preço de saída, além do passivo também a ser apurado de igual forma. Entende-se por preço de saída o valor estimado para a venda do referido ativo no mercado, em condições de independência entre as partes, contanto que o ativo intangível seja passível de alienação isolada de demais ativos. Em não sendo possível a venda isolada desse ativo, será a ele atribuído o valor contábil registrado ou zero se não houver valor contábil. No caso de falecimento de um dos Sócios se a família ou seus representantes legais não abrirem inventário no prazo de 30 (trinta) dias após o seu falecimento a Sociedade o fará.

#### **CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXCLUSÃO DE SÓCIOS**

Qualquer sócio poderá ser excluído da Sociedade por iniciativa dos demais, nas seguintes hipóteses:

- a) em caso de divergência grave:

*Paulo Izidório Vieira*  
9  
*Saulo*



- b) na hipótese de abuso, prevaricação, violação ou falta de cumprimento das obrigações sociais por parte de sócio;
- c) no caso de o sócio, mesmo não atuando como administrador, consultor ou empregado da Sociedade, exercer atividade em benefício de qualquer concorrente da Sociedade, a qualquer título, o que será considerado concorrência desleal;
- d) divulgar quaisquer informações sigilosas, de natureza técnica, comercial, estratégica ou financeira, não consideradas as informações de notório domínio público;
- e) ausentar-se, imotivadamente e sem prévio aviso com antecedência de 90 (noventa) dias e, das funções eventualmente exercidas da Sociedade; ou
- f) praticar atos incompatíveis com a atividade empresarial, seja em prejuízo à Sociedade e/ou em benefício indevido, a si próprio ou a terceiros.

**Parágrafo Primeiro:** A exclusão extrajudicial do sócio somente poderá ser determinada, através de reunião especialmente convocada para este fim, sendo certo que o sócio acusado deverá estar ciente em tempo hábil, a fim de permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

**Parágrafo Segundo:** Sendo remisso o sócio, poderão os outros sócios tomar a si suas quotas ou transferi-las a terceiros, pagando ao remisso o valor das integralizações realizadas com base no valor patrimonial das quotas, apuradas no Balanço elaborado no mês de sua exclusão.

**Parágrafo Terceiro:** Nas hipóteses elencadas nas letras, "a" e "b" do Parágrafo Primeiro supra, o sócio afastado fará jus a seus haveres, conforme Cláusula Décima Sexta, ficando, porém, responsável pelas obrigações contraídas e perdas havidas até a data de sua exclusão, com sua retenção até que sejam liquidadas as obrigações sociais pendentes, contraídos antes de sua exclusão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Os administradores declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude da condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**

Eventuais conflitos entre os Sócios e/ou seus sucessores entre si e entre eles e a Sociedade deverão ser solucionados, primeiramente, por meio de mediação, na forma da Lei. Os Sócios desde já acordam que nenhuma medida judicial será submetida ao Poder Judiciário antes do decurso do prazo de 30 (trinta) dias para que os Sócios nomeiem um mediador de comum acordo e outros 30 (trinta) dias para que seja tentada a conciliação pelo mediador escolhido. Se não solucionada a questão por mediação ou não sendo possível se chegar a um consenso sobre o mediador, os Sócios elegem o foro central da comarca da capital do Estado do Rio de Janeiro para solucionar, definitivamente, qualquer controvérsia que venha a surgir entre os mesmos ou entre os Sócios e a Sociedade.

*[Assinaturas manuscritas]*  
10  
*[Assinatura manuscrita]*



Brasília, 3 de julho de 2018.

*Esther Hasky Valdeolivas*  
ESPÓLIO DE JOSÉ RAMON VALDEOLIVAS GOMEZ  
Esther Hasky Valdeolivas (Inventariante)  
Sócio

*Claudio José Martins de Miranda*  
CLAUDIO JOSÉ MARTINS DE MIRANDA  
Sócio e Diretor

*Ramon Hasky Valdeolivas*  
RAMON HASKY VALDEOLIVAS  
Sócio e Diretor

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:  
Keila



*Cláudio*  
11



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1093484 em 21/08/2018 da Empresa DECISION SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, Nire 53201002047 e protocolo 182637743 - 13/08/2018. Autenticação: 6367E8DA2ABE4DF6608B15993A31D8F1CBBE40. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 18/263.774-3 e o código de segurança RYgr. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/08/2018 por Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

*Saulo Izidorio Vieira*  
SAULO IZIDORIO VIEIRA  
SECRETÁRIO GERAL

pág. 12/12